

I. DAS PRELIMINARES

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa TRÁÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com fulcro no artigo 41, § 2º da Lei n.º 8.666/1993, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 074/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria n.º 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

IMPUGNANTE: TRÁÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ Nº: 00.472.805/0025-05.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de Emissão Asfáltica Catiónica (Ruptura Média 1C), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras.

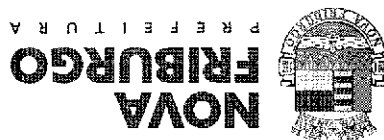
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2022

Processo de Impugnação nº: 18.817/2022

Processo Licitatório nº: 11.583/2022

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2022

Comissão de Pregão I



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 18.817/2022  
RUBRICA: 18  
FOLHA: 18

Em seu art. 37, inc. XXI, a Constituição Federal assegura a manutenção das condições efetivas da proposta que deram origem ao contrato. Por força dessa garantia, início da vigência dos novos preços.

(primeiro) dia de cada mês, sendo divulgados até o final do terceiro dia útil que antecede ao presente processo licitatório. Assim, os preços seriam reajustados pela Petrobrás no 1º que haveria reajustes mensais nos insumos asfálticos derivados do petróleo objetadas no Ou seja, a anterior política de reajustes de forma trimestral caíra por terra, de modo 2022.

ligantes asfálticos da Petrobrás passaria a ter periodicidade mensal a partir de 1º de Abril de expedido pela Petrobrás, o qual informa que a nova política de reajustamento de preços dos Neste cenário, faz-se necessária a observação do Ofício CMI/CE/CIA - 14/2022 divulgação.

preços, tanto para mais como para menos, possuindo data-base específica para sua nacionalmente, na refinaria da Petrobrás, que possui sua própria política de reajuste de licitatório tratam-se de ligantes asfálticos derivados de petróleo. Estes insumos são obtidos, Inicialmente, imperioso destacar que os produtos objetadas no presente processo

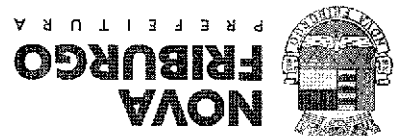
**A) A AUSÊNCIA DE REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS CONFORME A PERIODICIDADE DOS REAJUSTES DA PETROBRÁS SERIA UM EQUÍVOCO**

05. Em síntese, alega a impugnante:

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**Comissão de Pregão I**



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:18.817/2022  
RUBRICA: 19 FOLHA: 19

ocorrendo o desequilíbrio da equação econômico-financeira formada no momento da apresentação da proposta pela empresa contratada, surgiria para a Administração contratante o dever de restabelecer a relação de equivalência firmada entre encargos (custo) e remuneração (preço).

Assim, o reequilíbrio poderia se dar a partir do momento em que ocorressem situações excepcionais à apresentação da proposta, capazes de retardar ou impedir a regular execução do contrato. Justamente por ser aplicada em situações supervenientes à apresentação da proposta, não existiria uma periodicidade mínima para a necessidade de o reequilíbrio ocorrer, podendo ser a qualquer tempo, inclusive mais de uma vez em um mesmo período contratual.

A própria Administração, e não somente o licitante, deveria interessar-se pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Uma das razões é o fato de que, se o equilíbrio não for aceito pela administração, as propostas quando apresentadas seriam elaboradas com preços superiores à realidade, posto que a licitante já estaria a considerar em sua oferta os futuros reajustes praticados pela Estatal, ao longo da vigência do Contrato, isso sem saber se haveria majoração ou minoração de valores. Outra razão é o fato de que, se as propostas forem apresentadas com o valor de mercado, mas não houver perspectiva de que o equilíbrio econômico-financeiro da relação será mantido, certamente em determinada fase da execução contratual, o licitante não conseguiria cumprir com sua obrigação.

A manutenção das condições da relação contratual é norma constitucional e rege toda a relação desde a proposta, como normatizado, devendo permanecer durante toda a relação. Qualquer fato superveniente à apresentação da proposta, que porventura desequilibre essa relação, deve ser analisado e ajustado ao contrato, reequilibrando-o. No mesmo norte, verifica-se que o reequilíbrio econômico-financeiro deriva de princípios constitucionais, tais como os princípios da segurança jurídica, isonomia, da tutela e da indisponibilidade do interesse público, os quais reforçam a importância de tal instituto, que tem como essência, além de evitar o enriquecimento ilícito, dar segurança jurídica às relações contratuais firmadas com Administração.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 18.817/2022  
RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: 80



Assim, na ocorrência de qualquer alteração, com o subsequente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o mesmo deveria ser revisado.

Diante do todo exposto, verifica-se como imprescindível a expressa previsão editalícia e contratual da possibilidade de se buscar o reequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, conforme os informes de alterações ajustados pela PETROBRAS, com o respectivo índice de reajuste ou desconto ocorrido no período, para que os preços registrados possam ser atualizados, para mais ou para menos, nos mesmos índices informados pela PETROBRAS.

### III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a Impugnante o recebimento e julgamento da impugnação, nos moldes de praxe, com o efetivo acolhimento e deferimento dos argumentos acima lançados, para o fim de incluir de forma expressa a possibilidade de aplicação do instituto do reequilíbrio econômico-financeiro, conforme a periodicidade de reajustes da Petrobras.

### IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 29.2 do edital.

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 27 de julho de 2022 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 19 de julho de 2022.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO  
Pregoeiro - Comissão de Pregão II  
Matrícula: 206.934





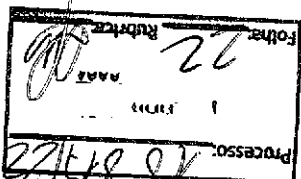
# Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Secretaria Municipal de Obras

Nova Friburgo/RJ, 20 de julho de 2022.

Processo n.º 18817/2022 (apenso 11583/2022)

Ref.: Impugnação ao Edital – Aquisição de emulsão asfáltica RM1C



Trata o presente procedimento de apresentação de impugnação ao edital cujo objeto é a aquisição de emulsão asfáltica catiônica – Ruptura Média 1C para atender às demandas desta Secretaria Municipal de Obras nas aplicações de asfalto a frio.

Em apertada síntese, busca o impugnante seja incluída cláusula no Edital que discipline de forma expressa a possibilidade de revisão dos preços registrados em razão da política de reajustes mensais de preços praticados pela Petrobras, única fornecedora do CAP 50/70, principal insumo na composição da emulsão que se pretende registrar o preço (cerca de 95% do produto), tal como já o fizeram os Municípios de Volta Redonda/RJ, Porto Alegre/RS e Quatro Pontes/PR.

Entendemos que as revisões são de fato necessárias sempre que houver oscilação no preço tabelado pela Petrobras do principal insumo – CAP50/70, notadamente em razão da proporção de sua utilização no preparo da emulsão que se busca registrar preço – cerca de 95% a 97% de betume, de forma que qualquer oscilação no seu preço gera significativo impacto no preço final do produto, situação que nos direciona aos procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Ocorre que, conforme a política de reajuste de preços adotada pela Petrobras passou a permitir sua atualização mensal, os procedimentos dessa natureza com vistas a permitir a emissão das Notas Fiscais complementares referentes aos reequilíbrios perquiridos pelas contratadas, retroativos à data da ocorrência do fato que os motivou, devem ter sua tramitação prioritizada na Administração Pública, sob pena de gerar tamanha confusão entre preços praticados a cada data, além de prejuízo aos contratados pelo fornecimento de mercadoria com preço defasado.

Tal preocupação já foi, inclusive, levantada por esta Secretaria de Obras quando da inauguração do processo n.º 14486/2022, quando buscou adotar regulamentação semelhante à



PROCESSO: 18877/22	23	23
1	23	23
1	23	23
1	23	23

adotada no Município do Rio de Janeiro para os procedimentos desta natureza, aplicando fórmula para identificação do fator de correção e preço unitário a ser utilizado para faturamento dos produtos fornecidos, tendo como referência o preço do insumo CAP disponibilizado em planilhas de referência conforme Resolução ANP nº. 795/2019, visando assim sanar o problema dos reequilíbrios mensais provocados em razão da política de revisão mensal de preços adotada pela Estatal.

No entanto, conforme não tivemos notícias do procedimento retromencionado e precisávamos prosseguir com o certame voltado à aquisição do RMIC, deixamos de adotar tal previsão no Termo de Referência e Edital da licitação, entendendo não haver prejuízos à extraordinária necessidade de revisão dos preços com a finalidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro da avença, a qual pode ser suscitada a qualquer tempo, desde que configurada a alça econômica extraordinária e extracontratual, com fundamento no art. 65, II, "d" c/c 15, §3º, III, da L. 8666/93 e artigo 17, *caput*, do Decreto 7892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

Assim, tendo em vista a complexidade do tema, que vai além dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro na Ata de Registro de Preços, com sua revisão, e dos contratos administrativos dela decorrentes, remetemos os autos à D. Procuradoria Geral para manifestação, informando desde já que podemos fazer incluir cláusula no edital que contemple a possibilidade de revisão da ARP na hipótese do art. 17, *caput*, do seu decreto regulamentador. Sendo essa a apresentação para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

Atenciosamente,

BERNARDO COLHO VERLY  
Secretaria Municipal de Obras  
Matrícula nº. 62.009



**NOVA FRIBURGO**  
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 18817

DATA 26/03/22

Processo: 18817/2022

Requerente: Traçado Construções e Serviços Ltda

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 074 de 2022 - Processo Licitatório n. 11583/2022

Ao Ilmo. Sr. Dr. Procurador:

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 19 de julho de 2022 acerca do Pregão Eletrônico n. 074 de 2022 - Processo Licitatório n. 11583/2022, que tem por objeto a aquisição de emissão astilítica canônica (ruptura média IC) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras.

Em suma, a empresa afirma que o edital apresenta importantes equívocos, dentre eles, a não revisão dos preços registrados conforme a periodicidade dos reajustes da Petrobras, tendo em vista o Ofício CMI/CA/CIA 14/2022 expedido pela referida empresa, que informou a nova política de reajustamento de preços a partir de 01/04/2022, cuja periodicidade passará a ser mensal.

A Comissão de Pregão I, as fls. 18/21, recebeu a impugnação, eis que tempestiva e, no mérito, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Obras para manifestação de ordem técnica, na forma do que dispõe o item 29.2.

As fls. 22/23 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Obras acerca da impugnação, afirmando, em síntese, que tal objeto já foi levantado pela Secretaria por meio da inauguração do Processo Administrativo n. 14486/2022, que buscou adotar regulamentação aplicando fórmula para identificação do fator de correção e preço unitário a ser utilizado para faturamento dos produtos fornecidos, tendo como referência o preço do insumo CAP, visando sanar o problema dos reequilíbrios mensais provocados em razão da política de revisão mensal de preços adotada pela Estatal, no entanto, o procedimento ainda não foi concluído, bem como que a ausência de previsão não traz prejuízos a extraordinária necessidade de revisão dos preços com a finalidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro da avença, a qual pode ser suscitada a qualquer tempo, desde que configurada a alça econômica extraordinária e extracontratual, com fundamento no art. 65, II, "d" c/c art. 15, § 3º da Lei n. 8.666/93 e art. 17, caput, do Decreto 7892/2013.

Por fim, encaminhou o procedimento a esta Procuradoria para manifestação, tendo em vista a complexidade do tema.

E o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 19/07/2022 é tempestiva, em conformidade com o item 29.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 27/07/2022.

No mérito, passa-se as seguintes considerações.

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos durante toda a sua execução, *in verbis*:



**NOVA FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

26/07/22

35 Rubrica

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para dar efetividade ao mandamento constitucional, a Lei n. 8.666/93 prevê mecanismos de recomposição do equilíbrio para os casos em que este for rompido, dentre eles, a possibilidade de reajuste e de reequilíbrio econômico-financeiro da contratação, conforme estabelecido no art. 40, XI e no art. 65, II, alínea 'd' e § 6º:

"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;"

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando alça econômica extraordinária e extracontratual.

[...]





**NOVA**  
**FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L  
D O M U N I C I P I O  
28/01/22  
18813

26 Rubrica

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

De acordo com a doutrina, o reajuste de preços tem por objetivo promover a reposição da perda do poder aquisitivo da moeda por meio do emprego de índices de preços prefixados no contrato administrativo.

Já a revisão do preço contratado ou equilíbrio econômico-financeiro do contrato tem por objetivo promover a recomposição do preço contratado, para mais ou para menos, a fim de preservar o valor contratado das variações anormais da economia, provocadas por fatos extracontratuais, supervenientes à apresentação da proposta e, em geral, imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis.

A respeito da periodicidade para a aplicação de cada um desses instrumentos, o reajuste encontra-se regulamentado pela Lei n. 10.192/2001, que prevê ser "nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano" (art. 2º, § 1º).

No caso da revisão de preços, na medida em que deve ser aplicada em face da ocorrência de eventos imprevisíveis ou se previsíveis de efeitos incalculáveis, caso fortuito ou de força maior, não seria razoável estabelecer uma periodicidade mínima ou mesmo um número máximo de vezes que esse instituto possa ser aplicado em um mesmo período contratual, podendo, portanto, ocorrer a qualquer tempo, conforme entendimento do TCU no Acórdão n. 1.563/2004 do Plenário e da Advocacia-Geral da União, na Orientação Normativa n. 22, de 1º de abril de 2009.

Com efeito, s.m.j., o equilíbrio econômico-financeiro é o instrumento adequado a se restabelecer o equilíbrio da relação firmada entre a Administração e o contratado no certame em espécie, tendo em vista a necessidade de "reajustes" frequentes em razão da nova política de reajuste de preços da Petróbras, não se tratando do reajuste anual previsto no art. 40, XI da Lei n. 8.666/93, disciplinado pela Lei n. 10.192/2001.

Diferentemente do que ocorre com o reajuste, que deve ter seus critérios estabelecidos no edital (índices específicos ou setoriais aplicáveis), o equilíbrio econômico-financeiro previsto no art. 65, inciso II, alínea 'd', e § 6º da Lei n. 8.666/93 não carece de previsão editalícia, até mesmo porque decorre de lei, podendo ser aplicado a qualquer tempo, desde que preenchidos os requisitos mínimos necessários, de forma a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes contratantes.

Analisando o texto editalício, s.m.j., não há necessidade de previsão expressa para que seja concedido o equilíbrio dos preços registrados, desde que respeitado o rito procedimental previsto no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

O item 10 do edital é inteligível ao informar que o preço registrado poderá ser revisado em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve os custos dos serviços ou bens registrados.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO  
18213  
26 de 07 / 22

23ª Rubrica

Da mesma forma, a Cláusula Sexta da minuta de contrato, Anexo VI, parte integrante do edital, prevê expressamente que "os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93".

Portanto, desde que comprovada a excepcionalidade prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei de Licitações, poderá ocorrer a alteração de valores durante a vigência da ata de registro de preços, mediante requerimento administrativo do contratado.

Ademais, a possibilidade do reequilíbrio dos preços durante a vigência da validade da ata de registro de preços ou contrato é um direito inerente às contratações públicas, positivado na carta magna e lei de regência, motivo pelo qual, ainda que não houvesse previsão no edital, poderia ser exercido pela parte contratada.

Por todo o exposto, opina-se pelo retorno do procedimento à Secretaria Municipal de Obras para ciência e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e decisão final acerca da impugnação, na forma do item 29.3 do edital, com a adoção de providências de sua competência.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

E o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 25 de julho de 2022.

Layane de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II Jurídico II  
Supracarreira de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

João Paulo Figueiredo  
PROCURADOR GERAL  
PMNF-MATR. 63030